
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de maio de 2019, sem ressalva.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2019, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2018, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em conjunto.



Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2020

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Renato Barbosa Postal'.

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Ativo</u>	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado</u> <u>Nota 2)</u>	<u>Passivo</u>	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(reapresentado</u> <u>Nota 2)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.219	13.474	Fornecedores	16	25.456	29.129
Aplicações financeiras	7	40.568	39.839	Empréstimos e financiamentos	19	16.668	6.583
Contas a receber de clientes	8	108.378	113.876	Obrigações tributárias e sociais	20	13.339	12.202
Estoques	9	21.220	25.480	Passivo de arrendamento	15	3.432	
Impostos a recuperar	10	34.348	24.607	Salários e encargos sociais	17	28.768	27.949
Outros créditos	12	5.203	4.208	Dividendos a pagar	23	11.920	15.058
Despesas antecipadas		2.821	2.979	Partes relacionadas	11	1.368	
Total ativo circulante		238.757	224.463	Outras contas a pagar	18	13.411	10.005
				Total passivo circulante		114.362	100.926
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	11	27.731	37.865
Impostos a recuperar	10	25.935	22.626	Empréstimos e financiamentos	19	16.847	4.797
Partes relacionadas	11	3.886	5.025	Passivo de arrendamento	15	52.064	
Outros créditos	12	140	154	Obrigações tributárias e sociais	20	1.946	1.903
		29.961	27.805	Provisão para contingências	21	6.755	1.944
				Debêntures	22	18.942	17.876
				Outras contas a pagar	18	7.184	12.307
				Impostos diferidos	29	7.046	7.953
				Total passivo não circulante		138.515	84.645
Investimento		14	14	Patrimônio líquido			
Imobilizado	13	320.855	246.494	Capital social	23	180.000	180.000
Intangível	14	17.441	18.766	Reserva legal	23	15.845	13.382
		338.310	265.274	Reserva de lucros	23	158.306	138.589
Total ativo não circulante		368.271	293.079	Total do patrimônio líquido		354.151	331.971
Total do ativo		607.028	517.542	Total do passivo e patrimônio líquido		607.028	517.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração de resultado do exercício em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado</u> <u>Nota 2)</u>
Receita operacional líquida	24	2.574.444	2.467.773
Custo dos produtos vendidos	25	<u>(2.193.298)</u>	<u>(2.095.421)</u>
Lucro bruto		<u>381.146</u>	<u>372.352</u>
Despesas gerais e administrativas	26	(209.848)	(197.960)
Despesas com vendas	26	(99.370)	(88.174)
Outras receitas operacionais, liquidas	27	<u>15.053</u>	<u>10.408</u>
(Despesas) receitas operacionais		<u>(294.165)</u>	<u>(275.726)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>86.981</u>	<u>96.626</u>
Receitas financeiras	28	9.784	12.550
Despesas financeiras	28	<u>(18.592)</u>	<u>(15.112)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(8.808)</u>	<u>(2.562)</u>
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social		<u>78.173</u>	<u>94.064</u>
Corrente	29	(29.828)	(32.846)
Diferido	29	<u>907</u>	<u>(263)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(28.921)</u>	<u>(33.109)</u>
Lucro do exercício		<u>49.252</u>	<u>60.955</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído – R\$		<u>0,27</u>	<u>0,34</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração de resultado abrangente em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado</u> <u>Nota 2)</u>
Lucro líquido do exercício	49.252	60.955
Resultado abrangente do exercício	<u>49.252</u>	<u>60.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1o de janeiro de 2018 (Reapresentado – Nota 2)		<u>180.000</u>	<u>10.321</u>	<u>125.730</u>		<u>316.051</u>
Lucro líquido do exercício					60.955	60.955
Distribuição de dividendos	23			(30.496)	(14.539)	(45.035)
Constituição da reserva legal	23		3.061		(3.061)	
Retenção de lucros				43.355	(43.355)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado – Nota 2)		<u>180.000</u>	<u>13.382</u>	<u>138.589</u>		<u>331.971</u>
Lucro líquido do exercício					49.252	49.252
Distribuição de dividendos	23			(15.375)	(11.697)	(27.072)
Constituição da reserva legal	23		2.463		(2.463)	
Retenção de lucros				35.092	(35.092)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>180.000</u>	<u>15.845</u>	<u>158.306</u>		<u>354.151</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado –</u> <u>Nota 2)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.173	94.064
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	51.998	43.450
Provisão (reversão) de contingências	4.811	(383)
Valor residual dos bens do ativo imobilizado baixados	14.497	4.151
Provisão de juros sobre debêntures	1.066	1.075
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	2.639	1.146
Constituição (reversão) de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(1.308)	461
Juros sobre passivo de arrendamento	3.530	
	155.406	143.964
Variações em:		
(Aumento)/redução de Contas a receber de clientes	6.806	(3.744)
(Aumento)/redução de Estoques	4.260	(136)
(Aumento)/redução de Despesas antecipadas	158	(1.291)
Aumento de Impostos a recuperar	(13.050)	(9.485)
(Aumento)/redução de Outros créditos	(981)	9.706
	(2.807)	(4.950)
Variações em:		
Redução de Fornecedores	(4.658)	(5.512)
Aumento de Obrigações trabalhista e tributárias	1.180	102
Aumento de Salários e encargos sociais	819	
Redução de Demais contas a pagar	(1.717)	1.364
	(4.376)	(4.046)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	148.223	134.968
Juros pagos	(2.304)	(1.289)
Impostos sobre o lucro pagos	(29.605)	(31.923)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	116.314	101.756
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(75.548)	(51.075)
Recebimento (liberação) de saldos de mútuo	1.139	(1.271)
Investimentos em aplicação financeira	(729)	(4.391)
Aquisição de ativo intangível	(4.562)	(1.571)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(79.700)	(58.308)

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	36.134	1.662
Captação (recebimento) de contrato de mútuo	(8.766)	398
Amortização de passivo de arrendamento	(6.706)	
Pagamento de empréstimo	(14.321)	(12.124)
Pagamento de dividendos	<u>(30.210)</u>	<u>(30.322)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(23.869)	(40.386)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>12.745</u>	<u>3.062</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.474	10.412
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>26.219</u>	<u>13.474</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>12.745</u>	<u>3.062</u>

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Copagaz Distribuidora de Gás S.A, com sede na Rua Guararapes, 1855, 12º andar, Brooklin Paulista Novo, São Paulo, tem por objetivo social a exploração do comércio de gás liquefeito de petróleo - GLP, que abrange o engarrafamento e a distribuição, bem como a comercialização de derivados do petróleo, a prestação de serviços em geral correlatos, inclusive a requalificação de vasilhames, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres, o comércio de mercadorias e instalações relacionadas à sua atividade, a importação e a exportação em geral e a participação em outras sociedades de qualquer natureza no país ou no exterior como sócia, acionista ou cotista.

A Companhia opera com plantas de engarrafamento localizadas em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Bahia.

Aquisição de negócio em andamento – Liquigás Distribuidora S.A.

Em 19 de novembro de 2019, a Companhia, em conjunto com a Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda., assinaram Contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, para aquisição da totalidade das ações detidas pela Petrobras na Liquigás Distribuidora S/A – Liquigás, cujo fechamento da transação, determinação de participação societária, formação do preço de compra e venda, dentre outros aspectos contratuais, estão sujeitas ao cumprimento de condições precedentes, inclusive aprovação pelo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não houve qualquer manifestação do CADE sobre essa transação.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2020.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Reapresentação das cifras comparativas

Em 2018, a administração da Companhia procedeu uma revisão completa da apresentação das Demonstrações Financeiras, segundo o critério contábil de apresentação do resultado por função. Como resultado desta análise, identificou-se a necessidade de realizar as seguintes reclassificações e ajustes que afetaram a apresentação do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Resultados Abrangentes e da Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto, findo em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado abaixo:

Balanço Patrimonial

- (a) Inclusão da rubrica “Aplicações financeiras”;
- (b) Reclassificação do montante de R\$ 39.839 que havia sido apresentada na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” para a rubrica “Aplicações financeiras”;
- (c) Substituição da rubrica “Ativo fiscal corrente” pela rubrica “Impostos a recuperar”;
- (d) Reclassificação do montante de R\$ 14.011 que havia sido apresentado na rubrica “Impostos a recuperar” (não circulante) para a rubrica “Impostos a recuperar” (circulante);
- (e) Substituição da rubrica “Provisão de férias e encargos” pela rubrica “Salários e encargos sociais”;
- (f) Reclassificação do montante de R\$ 2.457 que havia sido apresentado na rubrica “Fornecedores” para a rubrica “Salários e encargos sociais”;
- (g) Reclassificação do montante de R\$ 4.732 que havia sido apresentado na rubrica “Outras contas a pagar” (circulante) para a rubrica “Salários e encargos sociais”;

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (h) Inclusão da rubrica “Impostos diferidos”;
(i) Reclassificação do montante de R\$ 7.953 que havia sido apresentado na rubrica “Retenção de lucros” para a rubrica “Impostos diferidos”.

Demonstração do Resultado

- (a) Reclassificação do montante de R\$ 10.953 que havia sido apresentado na rubrica “Custo dos produtos vendidos” para a rubrica “Receita operacional líquida”;
(b) Reclassificação do montante de R\$ 21.847 que havia sido apresentado na rubrica “Despesas financeiras” para rubrica “Receita operacional líquida”;
(c) Reclassificação do montante de R\$ 101.353 que havia sido apresentado na rubrica “Despesas gerais para rubrica “Custo dos produtos vendidos”;
(d) Alteração da rubrica “Despesas gerais” para rubrica “Despesas gerais e administrativas”;
(e) Inclusão da rubrica “Despesas com vendas”;
(f) Reclassificação do montante de R\$ 88.174 que havia sido apresentado na rubrica “Despesas gerais” para rubrica “Despesas com vendas”;
(g) Reclassificação do montante de R\$ 462 que havia sido apresentado na rubrica “Despesa provisão para perdas” para rubrica “Despesas gerais e administrativas”;
(h) Reclassificação do montante de R\$ 2.625 que havia sido apresentado na rubrica “Despesas tributárias” para rubrica “Despesas gerais e administrativas”;
(i) Inclusão da rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferido” com o valor de R\$ 263.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Reclassificação do valor R\$ 263 da rubrica de “Lucro líquido do exercício” para a rubrica de “Lucros acumulados”.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Reclassificação do valor R\$ 263 da rubrica de “Lucro líquido do exercício” para rubrica “Retenção de lucros”.

Demonstração do Fluxo de Caixa

- a) Reclassificação do valor de R\$ 32.846 da rubrica “Provisão de imposto de renda e contribuição social” para a rubrica “Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social”.
b) Inclusão da rubrica “Investimento em Aplicação Financeira” no montante de 4.391.
c) Reapresentação do montante de “Caixa e equivalentes no início do exercício” no montante de 45.860 para o montante de 10.412.
d) Reapresentação do montante de “Caixa e equivalentes no final do exercício” no montante de 53.313 para o montante de 13.474.

	<u>2018</u>	<u>ajustes</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado)</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	53.313	(39.839)	13.474
Aplicações financeiras		39.839	39.839
Contas a receber de clientes	113.876		113.876
Estoques	25.480		25.480
Impostos a recuperar	10.596	14.011	24.607
Outros créditos	4.208		4.208
Despesas antecipadas	<u>2.979</u>		<u>2.979</u>
Total ativo circulante	<u>210.452</u>	<u>14.011</u>	<u>224.463</u>
Realizável a longo prazo			
Ativo fiscal corrente	36.637	(14.011)	22.626
Partes relacionadas	5.025		5.025
Outros créditos	<u>154</u>		<u>154</u>
	<u>41.816</u>	<u>(14.011)</u>	<u>27.805</u>
Investimento	14		14
Imobilizado	246.494		246.494
Intangível	<u>18.766</u>		<u>18.766</u>
	<u>265.274</u>		<u>265.274</u>
Total ativo não circulante	<u>307.090</u>	<u>(14.011)</u>	<u>293.079</u>
Total do ativo	<u>517.542</u>		<u>517.542</u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>ajustes</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado)</u>
Passivos			
Fornecedores	31.586	(2.457)	29.129
Empréstimos e financiamentos	6.583		6.583
Obrigações tributárias e sociais	12.202		12.202
Provisões de férias e encargos	20.760	(20.760)	
Salários e encargos sociais		27.949	27.949
Dividendos a pagar	15.058		15.058
Outras contas a pagar	14.737	(4.732)	10.005
Total passivo circulante	100.926		100.926
Partes relacionadas	37.865		37.865
Empréstimos e financiamentos	4.797		4.797
Obrigações tributárias e sociais	1.903		1.903
Provisão para contingências	1.944		1.944
Debêntures	17.876		17.876
Imposto diferido		7.953	7.953
Outras contas a pagar	12.307		12.307
Total passivo não circulante	76.692	7.953	84.645
Patrimônio líquido			
Capital social	180.000		180.000
Reserva de capital	13.382		13.382
Reserva de lucros	146.542	(7.953)	138.589
Total do patrimônio líquido	339.924	(7.953)	331.971
Total do passivo e patrimônio líquido	517.542		517.542

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reclassificações efetuadas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	2018	ajustes	2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	2.500.573	(32.800)	2.467.773
Custo dos produtos vendidos	<u>(2.005.021)</u>	<u>(90.400)</u>	<u>(2.095.421)</u>
Lucro bruto	<u>495.552</u>	<u>(123.200)</u>	<u>372.352</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(384.400)	186.440	(197.960)
Despesas com vendas		(88.174)	(88.174)
Despesa provisão para perdas	(462)	462	
Despesas tributárias	(2.625)	2.625	
Outras receitas operacionais, liquidas	<u>10.408</u>	<u></u>	<u>10.408</u>
	<u>(377.079)</u>	<u>101.353</u>	<u>(275.726)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	<u>118.473</u>	<u>(21.847)</u>	<u>96.626</u>
Receitas financeiras	12.550		12.550
Despesas financeiras	<u>(36.959)</u>	<u>21.847</u>	<u>(15.112)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(24.409)</u>	<u>21.847</u>	<u>(2.562)</u>
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	<u>94.064</u>	<u></u>	<u>94.064</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(32.846)		(32.846)
Diferido	<u></u>	<u>(263)</u>	<u>(263)</u>
	<u>(32.846)</u>	<u>(263)</u>	<u>(33.109)</u>
Lucro do exercício	<u>61.218</u>	<u>(263)</u>	<u>60.955</u>

Reclassificações foram efetuadas na demonstração de resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	2018	ajustes	2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>61.218</u>	<u>(263)</u>	<u>60.955</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>61.218</u>	<u>(263)</u>	<u>60.955</u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reclassificações efetuadas na mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	180.000	10.321	125.730		316.051
Lucro líquido do exercício				61.218	61.218
Distribuição de dividendos			(30.496)	(14.539)	(45.035)
Constituição da reserva legal		3.061		(3.061)	
Retenção de lucros			43.618	(43.618)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	180.000	13.382	138.852		332.234
Lucro líquido do exercício				(263)	(263)
Retenção de lucros				263	263
Ajustes exercícios anteriores			(263)		(263)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado	180.000	13.382	138.589		331.971

Reclassificações efetuadas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>2018</u>	<u>ajustes</u>	<u>2018 (Reapresentado)</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	61.218	32.846	94.064
Ajustes para conciliar o resultado as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	43.450		43.450
Provisão de imposto de renda e contribuição social correntes	32.846	(32.846)	
Reversão de provisão de contingências	(383)		(383)
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	4.151		4.151
Provisão de juros sobre debêntures	1.075		1.075
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	1.146		1.146
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	461		461
	143.964	32.846	143.964
Variações em:			
Aumento de Contas a receber de clientes	(3.744)		(3.744)
Aumentode Estoques	(136)		(136)
Aumento de Despesas antecipadas	(1.291)		(1.291)
Aumento de Ativo fiscal corrente	(9.485)		(9.485)
Redução de Outros créditos	9.706		9.706
	(4.950)		(4.950)

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Variações em:			
Redução de Fornecedores	(5.512)		(5.512)
Aumento de Obrigações trabalhista e tributárias	102		102
Aumento de Demais contas a pagar	1.364		1.364
	<u>(4.046)</u>		<u>(4.046)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	134.968		134.968
Juros pagos	(1.289)		(1.289)
Impostos pagos sobre o lucro	<u>(31.923)</u>		<u>(31.923)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	101.756		101.756
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	(51.075)		(51.075)
Liberação de contrato de mútuo	(1.271)		(1.271)
Investimentos em aplicação financeira		(4.391)	(4.391)
Aquisição de ativo intangível	<u>(1.571)</u>		<u>(1.571)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(53.917)	(4.391)	(58.308)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	1.662		1.662
Captação de contrato de mútuo	398		398
Pagamento de empréstimo	(12.124)		(12.124)
Pagamento de dividendos	<u>(30.322)</u>		<u>(30.322)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(40.386)		(40.386)
(Redução) / Aumento líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	<u>7.453</u>	<u>(4.391)</u>	<u>3.062</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	45.860	(35.448)	10.412
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>53.313</u>	<u>(39.839)</u>	<u>13.474</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>7.453</u>	<u>(4.391)</u>	<u>3.062</u>

Reapresentação da nota Provisões de contingência – perda possível.

Em 2018, o saldo dos processos passivos movidos contra a Companhia, cuja expectativa de perda é considerada possível foram apresentados no montante de R\$ 165.013, porém, após a revisão realizada pela Administração o montante correto seria de R\$ 254.239.

	<u>2018</u>	<u>ajuste</u>	<u>2018</u> <u>(Reapresentado)</u>
Cível	21.483	(10.907)	10.576
Trabalhista	13.176	(5.658)	7.518
Tributário	<u>130.354</u>	<u>105.791</u>	<u>236.145</u>
Total	<u>165.013</u>	<u>89.226</u>	<u>254.239</u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos crítico na aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas abaixo:

Nota explicativa nº10 - A Companhia possui créditos de ICMS cuja expectativa média de realização é de cerca de 2 anos. A Administração entende não haver risco de recuperação destes créditos, razão pela qual não constituiu ajuste ao valor realizável do crédito nesta data.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - reconhecimento e mensuração da perda estimada para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.
- **Nota Explicativa nº 9** - reconhecimento e mensuração da perda por obsolescência dos estoques.
- **Nota explicativa 13 e 14** - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e a amortização.
- **Nota Explicativa nº 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota Explicativa nº 29 - reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos, principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

5 Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Mudanças de políticas contábeis

(i) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Estrutura Conceitual: em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:
 - aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
 - restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
 - definição de entidade;
 - revisão das definições de ativo e passivo;
 - remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
 - inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
 - afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

- Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "*Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*": em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.
- Alterações ao IFRS 3 "*Business Combinations*": em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Normas novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram adotados pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O IASB emitiu, em janeiro de 2016, a IFRS 16 - *Leases* e em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) – Arrendamentos que entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 em substituição a IAS 17 / CPC 06 - "Operações de Arrendamento" e correspondentes interpretações.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo dos dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A Administração não identificou impactos decorrentes da adoção dessa interpretação, restringindo apenas aos requerimentos da nova geografia das divulgações de contingências envolvendo imposto de renda e contribuição social.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo em exercícios subsequentes a 31 de dezembro de 2019.

b. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas operacionais, líquidas".

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

d. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria; e

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA;
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e
- Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias na data das transações. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Redução do valor recuperável de Ativos financeiros

A Companhia registra as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia calcula a base de perda incorrida definindo um estudo dos últimos 2 anos da base de contas a receber e faturamento, avaliando a posição de cada cliente e o avanço da perda de créditos de liquidação duvidosa.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O histórico de inadimplência de cada cliente foi avaliado conforme o avanço da posição a receber frente ao faturamento. Para definição da taxa de perda foi dividido o montante em aberto pelo faturamento total dos últimos 2 anos.

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência histórica de cada um dos clientes da Companhia.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias e de prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 5 (d)).

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para imposto de renda — acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 — e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão descritas na Nota Explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. **Intangível**

O intangível é composto por licença de uso de *software* e por ágio na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada pelo método linear em cinco anos.

j. **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

n. Distribuição de dividendos

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

o. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia e políticas internas da Companhia e aprovada pelo Comitê Administrativo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(iii) Obrigações pós emprego

De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, a Companhia manterá por sua conta o convênio médico para os atuais funcionários aposentados ainda em atividade ou a que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais por um prazo máximo de 2 anos. Para os demais casos, dentro das prerrogativas previstas na Lei 9.656, quando da saída da Companhia é permitida a permanência dos funcionários e dirigentes no plano de assistência médica entretanto, o custo da manutenção do plano ocorre por conta própria.

p. Mensuração do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

q. Receita de contratos de clientes

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- (i) Identificação de um contrato com o cliente;
- (ii) Determinação das obrigações de desempenho;
- (iii) Determinação do preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação; e
- (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

(i) Vendas de produtos

As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do gás adquirido de terceiros. A Companhia opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás é comercializado envasado em vasilhames com capacidade que variam entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializados - com descontos, os quais são substancialmente negociações promovidas pelos clientes

A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, complementados por recebimentos de consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

As mudanças nas práticas contábeis introduzidas pelo CPC 47 / IFRS 15, passado pelo critério dos 5 passos para o reconhecimento de receita, descrito acima, não resultaram em modificações dos critérios de reconhecimento das receitas sobre vendas de mercadorias.

(ii) Venda de serviços

As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de vasilhames, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

(iii) Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. O CPC 47/IFRS 15 não teve impacto nas políticas contábeis da Companhia para as devoluções e cancelamentos.

(iv) Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias

A contraprestação variável da Companhia está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados entre a Companhia e clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente (varejista e atacadista).

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes.

r. **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos.

s. **Custos dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos são compostos por matéria-prima, insumos, impostos, fretes e gastos gerais de fabricação.

t. **Arrendamentos**

Conforme explicado na Nota 5(a)(ii), a Companhia mudou a política contábil para arrendamentos nos quais a Companhia é a arrendatária.

Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos nos quais a Companhia detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento era alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, fosse obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, eram incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento. O ativo imobilizado adquirido em arrendamentos financeiros era depreciado ao longo da vida útil do ativo ou ao longo da vida útil do ativo e o prazo do arrendamento, dos dois o menor, se não houvesse certeza razoável de que o grupo iria obter a posse sobre o ativo no final do prazo do arrendamento.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais, quando a Companhia não detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período.

6 **Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	2019	2018
Caixa e bancos	3.219	2.096
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>23.000</u>	<u>11.378</u>
Total	<u>26.219</u>	<u>13.474</u>

(i) As aplicações financeiras são representadas por valores investidos em CDB com liquidez diária. A rentabilidade média destes investimentos em 2019 equivale a 107,31% do CDI (108,25% em 2018).

7 **Aplicações Financeiras**

Descrição	2019	2018
Fundo de investimento exclusivo (I)	<u>40.568</u>	<u>39.839</u>
Total	<u>40.568</u>	<u>39.839</u>

(i) O saldo refere-se a valores alocados em fundo exclusivo aberto e segue um perfil conservador, sendo composto por papéis como Títulos Públicos, Letras Financeiras, Debêntures, dentre outros, porém, com veto

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

à renda variável, como ações, por exemplo. Por ser um fundo aberto não há restrição de novas aplicações e/ou resgates e pode-se aplicar e/ou resgatar os recursos a qualquer momento.

8 Contas a receber de clientes

Descrição	2019	2018
Contas a receber	112.147	118.953
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(3.769)	(5.077)
Total	108.378	113.876

Em 2019, a Administração, com base na análise individual de cada cliente, incluiu na provisão para créditos de liquidação duvidosa 80% do valor dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do valor dos títulos vencidos que foram encaminhados ao departamento Jurídico.

A provisão com Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de sua carteira de clientes.

Posição de títulos	2019	2018
Vencidos há mais de 360 dias	729	1.243
Vencidos há mais de 180 dias	552	2.846
Vencidos há mais de 90 dias	1.739	2.240
Vencidos há mais de 60 dias	839	1.583
Vencidos há mais de 30 dias	1.301	1.602
Vencidos até 30 dias	7.740	13.106
A vencer	99.247	96.333
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(3.769)	(5.077)
Total	108.378	113.876

A movimentação da provisão para perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(4.616)
Constituição de provisão títulos vencidos	(4.865)
Constituição de provisão - títulos vincendos	(212)
Baixa da PECLD para perdas	579
Reversão da PECLD	4.037
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.077)
Constituição de provisão títulos vencidos	(5.682)
Constituição de provisão - títulos vincendos	(1.152)
Baixa da PECLD para perdas	7.930
Reversão da PECLD	212
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.769)

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Estoques

Descrição	2019	2018
Matéria-prima	17.605	21.857
Material secundário	1.819	1.755
Produto acabado	861	1.026
Material de consumo	935	842
Total	21.220	25.480

10 Impostos a recuperar

Descrição	2019	2018 (reapresentado)
Impostos sobre o Lucro		
IRPJ a recuperar	2.397	1.549
CSLL a recuperar	329	194
Total impostos sobre o Lucro	2.726	1.743
Demais impostos:		
ICMS a recuperar	45.181	36.507
Crédito PIS não cumulativo	2.000	1.740
Crédito COFINS não cumulativo	10.099	7.043
PIS a recuperar	159	159
INSS a recuperar	114	39
IOF a recuperar	4	2
Total de demais impostos	57.557	45.490
Total Impostos a recuperar	60.283	47.233
Circulante	34.348	24.607
Não circulante	25.935	22.626

A segregação dos tributos a recuperar entre circulante e não circulante é como segue:

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS a recuperar (a)	19.405	25.776	14.040	22.467
IRPJ a recuperar	2.397		1.549	
CSLL a recuperar	329		194	
Pis não-cumulativo (b)	2.000		1.740	
Cofins não-cumulativo (b)	10.099		7.043	
Outros impostos	118	159	41	159
Total	34.348	25.935	24.607	22.626

- a) Os créditos de ICMS acumulados durante o exercício de 2019 e de 2018 são decorrentes da sistemática do regime de substituição tributária e que têm parte do seu valor compensado com débitos de ICMS gerados por vendas de mercadorias que não estão enquadradas no regime supracitado.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segregação dos créditos de ICMS de acordo com a sua natureza:

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo credor (i)		25.776		22.467
Crédito acumulado (ii)	4.046		4.046	
Ressarcimento ST (iii)	15.359		9.994	
Total	19.405	25.776	14.040	22.467

- (i) Em decorrência da sistemática de substituição tributária do principal produto comercializado (GLP), a Companhia no decurso normal de suas atividades, acumula créditos de ICMS provenientes de aquisição de insumos necessários ao seu processo produtivo. Foram protocolados junto a SEFAZ pedidos de conversão deste saldo credor em crédito acumulado. Após o deferimento do pedido, a Administração pretende transacionar o crédito com fornecedores ou com empresas interdependentes. A expectativa da Administração é que este processo leve em torno de 2 anos para ser efetivado. Dos créditos acumulados transacionados, a Companhia recebeu em 2018 o montante de R\$ 1.473 e, no início de 2020, o montante de R\$ 3.422.
- (ii) Refere-se a crédito acumulado de processos já deferidos pela SEFAZ.
- (iii) Trata-se de valores de ressarcimento do ICMS em relação às operações interestaduais com o GLP. Este ressarcimento é derivado da diferença da pauta e da alíquota entre o estado em que o GLP é adquirido e o estado para onde ele é transferido. Sua recuperação ocorre mediante pedido de ressarcimento ao estado. O crédito efetivo do valor ocorre normalmente no período máximo de 12 meses da data do pedido.

Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL, cujo montante corresponde a R\$ 50.808 (R\$ 47.346 em 2018). O assessor jurídico da Companhia classifica que é provável que sejam aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite maior que 50%) o tratamento fiscal adotado pela Companhia, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

- (b) Os créditos não possuem data de prescrição e a expectativa de realização de curto prazo foi constituída com base na projeção do fluxo de caixa para o exercício de 2020.

A Companhia, apoiada na opinião de assessores legais e fundamentada em parecer técnico emitido por especialista, registrou créditos referentes à recuperação extemporânea de PIS e COFINS (não cumulativo) incidentes sobre os insumos e algumas despesas empregadas em seu processo produtivo, levantados desde a mudança de sistemática em setembro de 2004.

O montante apurado está sendo utilizado para o pagamento das próprias contribuições referentes a PIS e a COFINS, bem como outros tributos federais, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	PIS	COFINS
Saldo em 1º de janeiro de 2018	424	5.392
Crédito apurado	2.590	11.802
Compensação	(1.274)	(10.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.740	7.043
Crédito apurado	3.136	14.335
Compensação	(2.876)	(11.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.000	10.099

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

Ativo	2019	2018
Pessoas jurídicas		
MS Adm. e Participações S.A.	512	243
Outras pessoas jurídicas	<u>30</u>	<u>25</u>
	<u>542</u>	<u>268</u>
Pessoas físicas		
Livia Suarez Zahran	275	267
Lucila P. Zahran	326	
Antonio C.M. Turqueto		50
Eduardo E. Zahran Filho		188
Bernardo Z.R. Almeida	292	152
Andréa L.C. Zahran	147	142
Patrícia L.C. Zahran	147	142
Ueze E. Zahran Sobrinho	147	143
André L. C. Zahran	670	336
Guilherme L.C. Zahran	670	336
Leonardo C Zahran	<u>670</u>	<u>3.001</u>
	<u>3.344</u>	<u>4.757</u>
Total	<u>3.886</u>	<u>5.025</u>

As operações com pessoas jurídicas e físicas referem-se a contratos de mútuo, sem incidência de juros e com vencimento indeterminado.

Passivo	2019	2018
Pessoas jurídicas		
Zahran Administrações e Participações Ltda.	337	344
NHL Requalificação de Vasilhame Ltda.	666	
TRANSCOPA Transporte e Comércio Ltda.	<u>702</u>	
	<u>1.705</u>	<u>344</u>
Pessoas físicas		
Lucila P. Zahran (a)	17.885	17.935
Simone L. P. Zahran (a)	9.509	9.119
Ueze Elias Zahran - Espólio (b)		<u>10.467</u>
	<u>27.394</u>	<u>37.521</u>
Total	<u>29.099</u>	<u>37.865</u>
Circulante	1.368	
Não circulante	27.731	37.865

- a) Referem-se a contratos de empréstimos, com incidência de juros de 133% do CDI ao mês e vencimento em dezembro de 2021.
- b) Refere-se a contrato de empréstimo, com incidência de juros baseado na SELIC, liquidado em 2019.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui seis diretores, dos quais três são estatutários. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços prestados está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	3.572	3.283
Total	<u>3.572</u>	<u>3.283</u>

12 Outros créditos

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
Adiantamentos a terceiros	957	2.074
Devedores diversos	2.423	1.588
Despesas antecipadas	141	154
Adiantamentos a funcionários	<u>1.822</u>	<u>546</u>
Total	<u>5.343</u>	<u>4.362</u>
Circulante	5.203	4.208
Não circulante	140	154

13 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	<u>2019</u>			<u>2018</u>
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	22.954		22.954	22.954
Imóveis	4%	103.139	(39.240)	63.899	36.299
Máquinas, motores e tanques	7%	145.702	(79.846)	65.856	67.947
Vasilhames	20%	134.648	(57.200)	77.448	59.729
Ferramentas, moldes e modelos	10%	409	(274)	135	44
Móveis, utensílios e instalações	10%	8.336	(5.541)	2.795	1.441
Veículos	10 a 20%	57.235	(39.869)	17.366	19.310
Computadores e periféricos	20%	15.392	(11.177)	4.215	3.170
Instalações industriais	7%	18.452	(8.371)	10.081	9.097
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	7.874	(6.004)	1.870	678
Direito de uso		58.671	(4.624)	54.047	
Imobilizado em andamento (a)		189		189	25.825
Total		<u>573.001</u>	<u>(252.146)</u>	<u>320.855</u>	<u>246.494</u>

a) Imobilizações em andamento

O saldo do imobilizado em andamento em 2018 referem-se à construção de gasoduto, readequação da tubulação de tanques estacionários e a construção da filial localizada no município de Rio Largo (AL). Estes projetos foram concluídos e entraram em operação em 2019, desta forma, o saldo foi transferido para as contas correspondentes do imobilizado.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do imobilizado em 2019

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>2019</u>
Terrenos	22.954					22.954
Imóveis	36.299	6.684	(3.154)	24.070		63.899
Máquinas, motores e tanques	67.947	4.084	(5.924)	497	(749)	65.856
Vasilhames	59.729	50.291	(22.012)	2	(10.562)	77.448
Ferramentas, moldes e modelos	44	103	(17)	5		135
Móveis, utensílios e instalações	1.441	806	(446)	995	(1)	2.795
Veículos	19.310	7.927	(7.239)	99	(2.731)	17.366
Computadores e periféricos	3.170	2.569	(1.535)	17	(6)	4.215
Instalações industriais	9.097	2.507	(1.075)		(448)	10.081
Benfeitorias em bens de terceiros	678	118	(319)	1.393		1.870
Direito de uso		58.671	(4.624)			54.047
Imobilizado em andamento	25.825	1.444		(27.080)		189
Total	246.494	135.204	(46.345)		(14.497)	320.855

Movimentação do imobilizado em 2018

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>
Terrenos	21.920	1.034				22.954
Imóveis	38.433		(2.133)			36.299
Máquinas, motores e tanques	61.463	12.142	(5.657)		(1)	67.947
Vasilhames	59.241	21.967	(19.401)	(18)	(2.060)	59.729
Ferramentas, moldes e modelos	49	5	(12)			44
Móveis, utensílios e instalações	1.441	339	(325)		(14)	1.441
Veículos	21.855	6.565	(8.107)		(1.003)	19.310
Computadores e periféricos	3.901	584	(1.305)	18	(27)	3.170
Instalações industriais	9.927	1.220	(1.004)		(1.046)	9.097
Benfeitorias em bens de terceiros	824	53	(200)			678
Imobilizado em andamento	12.402	13.423				25.825
Total	231.456	57.332	(38.144)		(4.151)	246.494

14 Intangível

		<u>2019</u>			<u>2018</u>
	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Licenças de uso	20%	34.503	(17.115)	17.387	18.652
Bens intangíveis	20 %	4.775	(4.721)	54	114
Total		39.278	(21.836)	17.441	18.766

Movimentação do intangível em 2019

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de amortização</u>	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>2019</u>
Licenças de uso	20%	18.652	4.562	(5.827)	17.387
Bens intangíveis	20%	114		(60)	54
Total		18.766	4.562	(5.887)	17.441

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do intangível em 2018

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de amortização</u>	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>2018</u>
Licenças de uso	20%	22.329	1.571	(5.248)	18.652
Bens intangíveis	20%	174		(60)	114
Total		22.503	1.571	(5.308)	18.766

15 Passivo de arrendamento

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O principal impacto na Companhia em 1º de janeiro de 2019, está relacionado às operações com arrendamento de Imóveis operacionais, equipamentos operacionais e imóveis administrativos.

Esses valores foram contabilizados no ativo não circulante, na conta de ativos de direitos de uso e de passivos de arrendamento.

A Companhia implementou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada. Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos.

Os ativos de direitos de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustados pelos valores dos pagamentos de arrendamentos antecipados ou acumulados referentes a esses arrendamentos reconhecidos no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- Definição de contrato de arrendamento na transição: o Grupo aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4;
- Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos de 6,34% a.a., com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Informações sobre os arrendamentos para os quais a Companhia é arrendatária estão apresentadas abaixo:

Direito de uso do ativo:

seguir estão apresentadas as movimentações no direito de uso.

	<u>Imóveis operacionais</u>	<u>Imóveis administrativos</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.698	7.263	17.094	56.055
Novos contratos		1.061		1.061
Remensurações	1.097	458		1.555
Depreciação	(1.966)	(949)	(1.709)	(4.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.829	7.833	15.385	54.047

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de arrendamento

A seguir estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento:

	<u>Imóveis operacionais</u>	<u>Imóveis administrativos</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.698	7.263	17.094	56.055
Novos contratos		1.061		1.061
Remensurações	1.097	459		1.556
Juros	1.980	512	1.038	3.530
Pagamento	(3.154)	(1.245)	(2.307)	(6.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31.621	8.050	15.825	55.496

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

<u>Análise de vencimentos - Passivos de arrendamento</u>	<u>Saldo</u>
Em 1 ano	6.821
Entre 2 e 4 anos	20.147
Entre 5 e 9 anos	33.316
Entre 10 e 14 anos	13.328
Entre 15 e 20 anos	8.323
Valores não descontados	81.935
Juros embutidos	(26.439)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	55.496

Em atendimento ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, justificado pelo fato da Companhia não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido à vedação imposta pela IFRS 16 de projeção futura de inflação e com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2019:

<u>Ano</u>	<u>Valor presente líquido</u>	<u>Juros embutidos (futuros)</u>	<u>Valor de prestações não descontadas</u>
2020	6.821	3.389	3.432
2021	6.821	3.167	3.654
2022	6.663	2.936	3.727
2023	6.663	2.695	3.968
2024	6.663	2.438	4.225
2025	6.663	2.165	4.498
2026 em diante	41.641	9.649	31.992
Total	81.935	26.439	55.496

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor de PIS e COFINS a recuperar que está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	78.246	51.824
PIS/COFINS potencial (9,25%)	3.689	2.224
	<u>81.935</u>	<u>54.048</u>

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

<u>Movimentação do passivo de arrendamento</u>	<u>2019</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	56.055
Adição por novos contratos	1.061
Ajustes por remensuração	1.556
Juros pagos	3.530
Pagamentos	(6.706)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	<u>55.496</u>

16 Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aquisição de matéria-prima	7.697	5.693
Fretes e transportes	7.349	8.599
Aquisição de bens do ativo imobilizado	985	6.267
Despesas com clientes	1.495	1.921
Serviços prestados por terceiros	1.661	1.196
Manutenção e reparos	2.666	2.013
Demais despesas	3.603	3.440
Total	<u>25.456</u>	<u>29.129</u>

17 Salários e encargos sociais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Programa participações nos lucros (a)	2.706	3.549
Provisões trabalhistas	22.381	20.760
Adiantamentos veículo frota leve	1.345	1.182
Benefícios a empregados	2.336	2.458
Total	<u>28.768</u>	<u>27.949</u>

- a) A PLR foi definida em outubro de 2019, por meio de convenção coletiva de trabalho, no valor equivalente a 180% do salário vigente em setembro de 2019 (190% em 2018). O pagamento foi acordado em duas parcelas: a primeira no valor equivalente a 150%, paga em 2019; e a segunda no valor equivalente a 30%, a ser paga em abril de 2020.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outras contas a pagar

Descrição	2019	2018
Passivo de contrato	1.325	848
Consultoria TI (a)	9.070	11.085
TCC - CADE (b)	7.202	9.945
Outras contas	<u>2.998</u>	<u>434</u>
Total	<u>20.595</u>	<u>22.312</u>
Circulante	13.411	10.005
Não circulante	7.184	12.307

- a) Refere-se a contratação de consultoria de TI para implantação da solução de gestão empresarial da SAP.
- b) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67 e a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta, celebrado com o CADE em novembro de 2018, para arquivamento do processo nº 08012.006043/2008-37.

19 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa	2019	2018
Capital de giro	de 110,5% a 120% do CDI e 0,45% a 0,65% a.m.	28.233	2.176
FINAME	de 2,5% a.a. a 8,70 % a.a.	4.853	8.279
Leasing Financeiro	de 0,30% a.m. a 1,22% a.m.	<u>429</u>	<u>925</u>
Total		<u>33.515</u>	<u>11.380</u>
Circulante		16.668	6.583
Não circulante		16.847	4.797

A movimentação dos empréstimos no exercício foi como segue:

Descrição	2019	2018
Saldo anterior	11.380	21.985
Adições - novos contratos	36.134	1.662
Pagamento do principal	(14.321)	(12.124)
Pagamento de juros	(2.304)	(1.289)
Provisão de juros	<u>2.626</u>	<u>1.146</u>
Total	<u>33.515</u>	<u>11.380</u>

Foram oferecidos como garantias dos empréstimos aval dos acionistas e direitos de créditos. Não há cláusulas de *covenants*.

Os vencimentos de longo prazo são conforme seguem:

Descrição	2019
2021	12.349
2022	4.306
2023	<u>192</u>
Total	<u>16.847</u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Obrigações tributárias e sociais

Descrição	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	4.878	4.550
Programa de Integração Social (PIS) (a)	498	498
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	1.023	713
Contribuição Social Sobre Lucro (CSSL)	356	443
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) (a)	5.039	4.741
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.030	1.777
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.121	1.038
Outros	340	345
Total	15.285	14.105
Circulante	13.339	12.202
Não circulante (a)	1.946	1.903

- a) A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da natureza das modificações de alíquotas e o alargamento da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 498 (R\$ 498 em 2018). Também está discutindo a majoração do INSS referente ao mês de janeiro de 2010, introduzida pelo decreto 7126 de 2010, que alterou as alíquotas do FAP (fator acidentário de prevenção) cujo valor é de R\$ 1.448 (R\$ 1.405 em 2018). Em ambos os casos, a Companhia obteve liminar para não realizar o recolhimento. O montante total atualizado monetariamente dos valores que estão sendo discutidos é de R\$ 1.946 (R\$ 1.903 em 2018), com exigibilidade suspensa.

21 Provisões para contingência

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 6.755 (R\$ 1.944 em 2018), conforme a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme segue:

Descrição	2019	2018
Provisões tributárias	36	
Provisões trabalhistas	5.434	2.338
Provisões cíveis	4.714	3.092
(-) Depósitos judiciais	(3.429)	(3.486)
Total	6.755	1.944

Movimentação de provisões e depósitos judiciais

Descrição	Provisões	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	5.685	(3.358)	2.327
Adições		(730)	(730)
Baixas	(255)	602	347
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.430	(3.486)	1.944
Adições	4.754	(118)	4.636
Baixas		175	175
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.184	(3.429)	6.755

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ademais, a Companhia é parte em diversos outros processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações.

A Companhia contratou carta de fiança no montante de R\$ 20.735 (R\$ 19.678 em 2018), para garantia de processos tributários (Banco ABC) e no montante de R\$ 305.502 para cobertura de eventuais multas previstas no contrato de compra e venda da Liquigás Distribuidora S.A. (Banco Bradesco).

O custo médio ponderado dessas garantias é de 1,65% a.a. Não existe contra garantia para a fiança contratada com o Banco ABC. A contratação da fiança com o Banco Bradesco tem como contra garantia carta de fiança da controladora MS Administração e Participações S.A.

Em 2019, o saldo dos processos passivos movidos contra a Companhia, cuja expectativa de perda é considerada possível, totaliza R\$ 228.164 (R\$ 254.239 em 2018).

	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(reapresentado)</u>
Cível	4.008	10.576
Trabalhista	7.480	7.518
Tributário	216.676	236.145
Total	228.164	254.239

22 Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013, foi aprovada a emissão de até 20.000 (vinte mil) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00 cada, em série única, não conversíveis em ações.

As debêntures possuem vencimento indeterminado, poderão ser repactuadas mediante aprovação de, no mínimo, 51% dos debenturistas, ser resgatadas a qualquer tempo, por deliberação de Assembleia Geral dos Acionistas, e serão remuneradas mensalmente com base na taxa SELIC. Trata-se de debêntures não conversíveis em ações que foram adquiridas por empresas do grupo MS.

A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures dessas emissões, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido de remuneração devida e deduzido da amortização efetuada. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas ou mantidas em Tesouraria.

Não há cláusulas de covenants associadas às debêntures.

<u>Emissão</u> <u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Quantidades</u> <u>emitidas</u> <u>(em milhares)</u>	<u>Valor nominal</u>
Única	28 de fevereiro de 2014	7.000	7.000
Única	15 de maio de 2015	1.000	1.000
Única	26 de junho de 2015	2.600	2.600
Única	30 de junho de 2015	800	800
Juros incorridos			6.476
Saldo em 2018		11.400	17.876
Juros incorridos			1.066
Saldo em 2019			18.942

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social é de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), dividido em 180.000.000 (cento e oitenta milhões) de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. O capital social está distribuído conforme segue:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$</u>
MS Administração e Participações S.A.	179.999.866	180.000
Ueze Zahran Participações Ltda.	134	
Total	<u>180.000.000</u>	<u>180.000</u>

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	49.252	60.955
Constituição da reserva legal	<u>(2.463)</u>	<u>(3.061)</u>
Lucros disponíveis para distribuição	<u>46.789</u>	<u>57.894</u>

Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos arts. 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia, com anuência de todos os acionistas, distribuiu em 2019 dividendos no montante de R\$ 27.072. Parte desta distribuição refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2018 no montante de R\$ 14.539, a outra parte foi distribuído com base nos lucros acumulados em 2018, no montante de R\$ 15.375. Essa distribuição foi realizada em duas etapas sendo a primeira em 06 de setembro de 2019 (R\$ 20.009) e, a segunda, em 08 de novembro de 2019 (R\$ 9.905).

Em 31 de dezembro de 2019, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 11.697 que correspondem a 25% do lucro líquido depois de constituída a reserva legal, conforme previsto no estatuto social da Companhia.

A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é demonstrada conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	15.058	345
Dividendos distribuídos	27.072	30.496
Dividendos pagos	<u>(30.210)</u>	<u>(15.783)</u>
Sado final	<u>11.920</u>	<u>15.058</u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Receita operacional líquida

	2019			2018		
	<u>Receita de produtos</u>	<u>Receita de serviços</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Receita de produtos</u>	<u>Receita de serviços</u>	<u>Receita líquida</u>
Receita bruta	2.633.858	7.056	2.640.914	2.513.866	5.940	2.519.806
Devoluções	(19.839)		(19.839)	(14.560)		(14.560)
Desconto incondicional	(27.298)		(27.298)	(21.847)		(21.847)
Impostos incidentes:						
ICMS	(18.158)		(18.158)	(14.764)		(14.764)
PIS	(39)	(116)	(155)	(16)	(98)	(114)
COFINS	(177)	(536)	(713)	(73)	(451)	(524)
ISS		(307)	(307)		(223)	(223)
INSS					(1)	(1)
Total	<u>2.568.347</u>	<u>6.097</u>	<u>2.574.444</u>	<u>2.462,606</u>	<u>5.167</u>	<u>2.467.773</u>

25 Custo dos produtos vendidos

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de venda GLP	(2.183.541)	(2.089.944)
Custo de prestação de serviços	(9.190)	(5.475)
Custo de venda outras mercadorias	(567)	(2)
Total	<u>(2.193.298)</u>	<u>(2.095.421)</u>

26 Despesas gerais e administrativas

<u>Natureza das despesas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	(151.534)	(153.762)
Despesas de depreciação e amortização	(23.929)	(17.876)
Despesas com serviços tomados	(41.626)	(38.382)
Demais despesas	(92.129)	(76.114)
Total	<u>(309.218)</u>	<u>(286.134)</u>

Classificado na demonstração de resultado como:

<u>Função das despesas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gerais e administrativas	(209.848)	(197.960)
Com vendas	(99.370)	(88.174)
Total	<u>(309.218)</u>	<u>(286.134)</u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas operacionais líquidas

Descrição	2019	2018
Ganho processo judicial	912	923
Receita quebra de contrato de cliente	851	1.510
Receita direito de exclusividade	1.400	
Convênio cooperação técnica		2.000
Dividendos recebidos	98	212
Estorno saldo credor de ICMS		(26)
Resultado líquido na venda de imobilizado (a)	11.792	8.089
TCC - CADE (b)		(2.300)
Total	15.053	10.408

- (a) O resultado líquido na venda de imobilizado foi formado, principalmente, pela venda de vasilhames com capacidade de 13Kg (P13) à nossa rede de representantes cujo resultado em 2019 foi de R\$ 11.739 (R\$ 7.588 em 2018) e pela venda de caminhões para renovação da frota que resultou R\$ 1.643 em 2019 (R\$ 2.233 em 2018).
- (b) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE, em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67 e em agosto de 2018 para arquivamento do processo nº 08012.006043/2008-37.

28 Despesas (receitas) financeiras, líquidas

Receitas	2019	2018
Rendimentos de aplicação financeira	2.559	3.086
Juros	6.584	7.156
Variações monetárias	38	74
Descontos obtidos	209	642
Outras receitas financeiras	394	1.592
Total	9.784	12.550
Despesas	2019	2018
Juros passivos	(7.674)	(7.931)
Juros sobre passivo de arrendamento	(3.530)	
Variação monetária	(616)	(591)
Despesas bancárias	(4.702)	(4.226)
Descontos financeiros	(1.805)	(2.315)
Multas	(265)	(49)
Total	(18.592)	(15.112)

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Imposto de renda e contribuição social

Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes das provisões tributárias	78.173	94.064
(%) Aplicação das alíquotas	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos pelas alíquotas fiscais	26.579	31.982
Despesas não dedutíveis	4.309	1.996
Receitas não tributáveis	(37)	(72)
Dedução incentivo fiscal (a)	<u>(1.023)</u>	<u>(1.060)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>29.828</u>	<u>32.846</u>
Alíquota efetiva	<u>38%</u>	<u>35%</u>

- (a) As deduções de incentivo fiscal são formadas pelo programa de alimentação do trabalhador no valor de R\$ 544 (R\$ 600 em 2018), patrocínio para projetos desportivos no valor de R\$ 104 (R\$ 100 em 2018) e patrocínio para incentivo a cultura no valor de R\$ 375 (R\$ 360 em 2018).

Incertezas tributárias

Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R\$ 50.808 (R\$ 47.346 em 2018). De acordo com o IFRIC 23 (ICPC 22), a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

Saldos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

O quadro abaixo demonstra os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>1º de janeiro de 2018</u>
Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	3.769	5.077	4.616
Provisão programa de participação nos resultados (PPR)		776	
Provisão para contingências tributárias	10.184	5.429	2.327
Provisão de despesas indedutíveis	2.678		
Depreciação direito de uso	4.390		
Juros sobre passivo de arrendamento	3.530		
Total de diferenças temporárias que geraram ativos de impostos diferidos	<u>24.551</u>	<u>11.282</u>	<u>6.943</u>

Passivo não circulante

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>1º de janeiro de 2018</u>
Depreciação vida útil x depreciação fiscal	(30.395)	(27.559)	(24.205)
Depreciação vida útil x depreciação fiscal (arrendamento financeiro)	(8.407)	(7.115)	(5.355)
Valor de passivo de arrendamento	(6.471)		
Total de diferenças temporárias que geraram passivos de impostos diferidos	(45.273)	(34.674)	(29.560)
Total diferenças temporárias líquidas	(20.722)	(23.392)	(22.617)
IPRJ Diferido	(5.181)	(5.848)	(5.654)
CSLL Diferido	(1.865)	(2.105)	(2.036)
Total líquido passivo diferido (34%)	(7.046)	(7.953)	(7.690)

IRPJ E CSLL diferido no resultado do exercício

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial de IRPJ e CSLL diferido	(7.953)	(7.690)
Saldo final de IRPJ e CSLL diferido	(7.046)	(7.953)
Aumento/redução do IRPJ e CSLL diferido	907	(263)

30 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, bem como de metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Instrumentos financeiros

Todas as operações com Instrumentos Financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	26.219	13.474
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	40.568	39.839
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	108.378	113.876
Outros créditos	Custo Amortizado	5.203	4.208
Total		<u>180.368</u>	<u>171.397</u>
Passivos financeiros:			
Fornecedores	Custo Amortizado	25.456	29.129
Outras contas a pagar	Custo Amortizado	20.595	22.312
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	33.515	11.380
Debêntures	Custo Amortizado	18.942	17.876
Dividendos obrigatórios	Custo Amortizado	11.920	15.058
Total		<u>110.428</u>	<u>95.755</u>

- **Aplicações financeiras:** São definidas como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, em função do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, outros créditos e fornecedores:** estão mensuradas pelo método do custo amortizado.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>Valor contábil</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	3.219	2.096
Aplicações financeiras de curto prazo	23.000	11.378
Aplicações financeiras	40.568	39.839
Contas a receber de clientes	108.378	113.876
Outros créditos	5.203	4.208
Total	<u>180.368</u>	<u>171.397</u>

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco da carteira de clientes

A qualidade do crédito dos clientes da Companhia que não estão vencidos ou classificados como perda por recuperabilidade pode ser avaliada mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui os seguintes tipos de classificação:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cientes risco 1	50.562	56.754
Cientes risco 2	61.585	62.198
	<u>112.147</u>	<u>118.952</u>

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativos às contas a receber de clientes é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o histórico de inadimplência da companhia e acima podem ser assim classificados:

- Risco 1 - grupo de clientes classificados como consumidores finais no ramo de atividade industrial e comercial com probabilidade de inadimplência de 7,5% (baixo risco).
- Risco 2 - grupo de clientes classificados como revendedores no ramo de atividade atacadista e varejista de distribuição com probabilidade de inadimplência de 8% (baixo risco).

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo da Companhia são transacionadas com as seguintes instituições financeiras:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco do Brasil S.A.	19.080	8.384
Santander Brasil S A	3.917	2.644
Caixa Econômica Federal		347
Banco Safra S/A	3	3
	<u>23.000</u>	<u>11.378</u>

As aplicações financeiras da Companhia são alocadas em um fundo de investimento exclusivo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo de investimento exclusivo	40.568	39.839
	<u>40.568</u>	<u>39.839</u>

O saldo refere-se a valores alocados em fundo exclusivo aberto e segue um perfil conservador, sendo composto por papéis como Títulos Públicos, Letras Financeiras, Debêntures, dentre outros. Porém, com veto à renda variável, como ações, por exemplo. Por ser um fundo aberto não há restrição de novas aplicações e/ou resgates e pode-se aplicar e/ou resgatar os recursos a qualquer momento.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<u>Valor contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Maior que 3 anos</u>
Ativos financeiros não derivativos					
Caixa e equivalentes de caixa	3.219	3.219			
Aplicações financeiras de curto prazo	23.000	23.000			
Aplicações financeiras	40.568	26.044		9.047	5.477
Contas a receber de clientes	108.378	108.378			
Outros créditos	5.343	5.343			
	<u>180.508</u>	<u>165.984</u>		<u>9.047</u>	<u>5.477</u>
	<u>Valor Contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 a 12 Meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Maior que 3 anos</u>
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	25.456	25.456			
Outras contas a pagar	20.595	13.411		7.184	
	<u>46.051</u>	<u>38.867</u>		<u>7.184</u>	

Risco cambial

A Companhia não efetua vendas e não opera com outras moedas.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variações nas taxas de juros, indexadas as suas aplicações financeiras. Por tratar-se de renda fixa (pós-fixada), os fundos são conservadores e com baixo risco. O único risco é o de as taxas de juros de mercado não corresponderem às expectativas ou ficarem estáveis. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

A Companhia também mantém empréstimos com partes relacionadas, os quais não considera risco, pois são contratados a taxas prefixadas.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Aplicações financeiras de curto prazo	23.000	11.378
Fundo de investimento exclusivo	40.568	39.839
	<u>63.568</u>	<u>51.217</u>

Análise de sensibilidade - Taxas de juros

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros, a Administração adotou, para o cenário provável, as mesmas taxas utilizadas na data do balanço. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de alíquotas de 25% e 50%, respectivamente, enquanto os cenários IV e V foram estimados com desvalorizações adicionais de 25% e 50%, respectivamente, para o cenário provável.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo mostra os possíveis impactos sobre os resultados para cada um dos cenários:

Ativos financeiros	Valor da exposição	CDI taxa 31/12/19	Cenários				
			I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
Depósitos bancários, juros ganhos (CDI)	23.000	5,96%	1.371	1.714	2.056	1.028	686
Fundo de investimento exclusivo	40.568	5,96%	2.418	3.022	3.627	1.813	1.209

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado das vendas e do custo dos produtos vendidos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoa, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para os quotistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações. A Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

	Valor contábil		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Caixa e bancos	3.219	2.096	3.219	2.096
Aplicações financeiras de curto prazo	23.000	11.378	23.000	11.378
Aplicações financeiras	40.568	39.839	40.568	39.839
Contas a receber	108.378	113.876	108.378	113.876
Outros créditos	5.203	4.208	5.203	4.208
Passivos				
Fornecedores	25.456	29.129	25.456	29.129
Outras contas a pagar	20.595	22.312	20.595	22.312

Hierarquia do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. A Companhia possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

Transações que não envolveram caixa:	2019	2018
Ativo		
Adições ao imobilizado	985	20.332
Direito de uso	58.671	
	<u>59.656</u>	<u>20.332</u>
	2019	2018
Passivo		
Fornecedores	985	
Passivo de arrendamento	58.671	
	<u>59.656</u>	

32 Seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada, considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Em 2019 e 2018 a Companhia mantinha seguintes coberturas:

Itens de seguros	2019	2018
Seguro patrimonial (Property Seguros)	15.000	15.000
Responsabilidade Civil geral (RCG)	22.500	15.000

33 Compromissos firmados com terceiros

Aquisição de GLP

O fornecimento do GLP – Gás Liquefeito de Petróleo, é regulado pelo contrato particular de compra e venda celebrado entre a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). Dentre outras condições previstas, o objetivo do contrato é assegurar a entrega e a retirada do produto pactuadas, nos prazos e na periodicidade acordada e, quando essas condições não são cumpridas, existe a previsão de compensação financeira para ambas as partes. Durante o ano de 2019 e início de 2020, não houve valores materiais de compensações financeiras.

Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Eventos subsequentes

a. Impactos da pandemia do COVID-19 (Coronavírus)

A Copagaz está monitorando constantemente a pandemia do COVID-19 e seus respectivos impactos sobre seus colaboradores, operações, fornecimento e demanda de seus produtos. Planos de contingência foram elaborados e seguem em permanente revisão para atuar rapidamente conforme o desenvolvimento da situação em cada local. Embora todas as medidas possíveis estejam sendo tomadas, o suprimento do nosso produto é realizado por um único fornecedor (Petrobrás), que até o momento informa que está adotando todas as ações para garantir a normalidade do abastecimento.

Até o momento, a Copagaz não sofreu atrasos em sua cadeia de suprimentos, operações de fabricação, logística de distribuição ou impactos relevantes na demanda por seus produtos. As plantas estão operando normalmente, sendo que parte dos colaboradores está em trabalho remoto e parte continua suas atividades na planta. No escritório de São Paulo, os funcionários estão em trabalho remotamente e, para aqueles que trabalham externamente, adotamos medidas adicionais de prevenção da saúde e segurança. Os governos já impuseram medidas restritivas, como o bloqueio de rodovias, quarentenas e fechamento de atividades não essenciais em alguns estados e cidades, sendo que todas essas medidas trarão impactos para os negócios da Copagaz, os quais são, no momento, de impossível mensuração.

A administração da Copagaz e todos os seus colaboradores continuam comprometidos em atingir suas metas de longo prazo, porém não podemos garantir, neste momento, até que ponto essa crise global e suas medidas de contenção afetarão a empresa e a demanda de seus produtos. A principal prioridade da Copagaz continua sendo a saúde e a segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros.

b. Créditos de ICMS transacionados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 (a), a Companhia recebeu em fevereiro de 2020 o montante de R\$ 3.422 referente à crédito acumulado transacionado com empresas interdependentes.

* * *

Diretoria

Antonio Carlos Moreira Turqueto
Administrador

Contador

Sandra Ines Ribeiro
Técnica Contábil
CRC 1SP157725-4 O